



**Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança
com Câncer - GRAACC**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011**

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' followed by a flourish.



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10





KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax 55 (11) 2183-3001
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros do
Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultados e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa 7.b, às demonstrações financeiras, a Entidade reavaliou seu ativo imobilizado (demais itens) em setembro de 2002 e não respeitou a prática contábil adotada no Brasil vigente à época que determinava uma nova reavaliação dos bens do ativo imobilizado reavaliados a cada quatro anos. Adicionalmente, a Entidade não efetuou a revisão das vidas úteis do ativo imobilizado para os exercícios de 2012 e 2011.

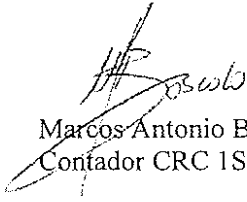
Consequentemente, não foi possível determinar os efeitos sobre o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e correspondentes impactos nos resultados dos exercícios e patrimônio líquido do exercício findo nessas datas.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 2 de abril de 2013

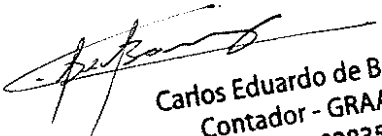
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0



Valdeir Galvan
CRC 45796
Superintendente



Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 1SP202835/O-8

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC

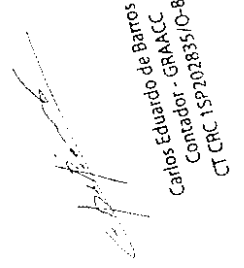
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.884	19.650	Fornecedores	8	5.105	3.086
Créditos a receber	5	3.143	4.171	Financiamentos		126	139
Estoques	6	3.829	2.279	Salários e encargos sociais	9	4.360	3.741
Outras contas a receber		409	311	Obrigações fiscais a recolher		675	631
Total do ativo circulante		18.265	26.411	Contingências trabalhistas	10	-	177
				Outras Obrigações		147	7
				Total do passivo circulante		10.413	7.781
Depósitos judiciais		145	99				
Imobilizado - construção em andamento	7	24.956	6.739	Contingências trabalhistas	12	867	358
Imobilizado - demais itens	7	22.631	19.583	Financiamentos		-	126
Intangível		9	48	Receitas Diferidas	11	20.940	13.303
Diferido		-	19	Total do passivo não circulante		21.807	13.787
Total do ativo não circulante		47.741	26.488				
				Patrimônio líquido	13		
				patrimônio social		31.060	25.639
				Reservas de reavaliação		305	451
				Superávit do exercício		2.421	5.241
				Total do patrimônio líquido		33.786	31.331
Total do ativo		66.006	52.899	Total do passivo		66.006	52.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


Supervidente
CRM 45796
UEAP


Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CTCRC 15P702835/O-8

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC

Demonstrações de resultados

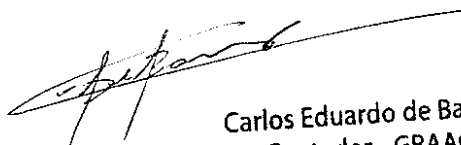
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

		2012	2011
	Nota		
Receitas com serviços prestados	15	17.553	18.511
Custos hospitalares	16	<u>(46.981)</u>	<u>(39.241)</u>
(Déficit) bruto		<u>(29.428)</u>	<u>(20.730)</u>
Despesas administrativas	17	(7.880)	(5.268)
Outras receitas (despesas) líquidas	18	<u>39.485</u>	<u>30.876</u>
Superávit operacional		<u>2.177</u>	<u>4.878</u>
Financeiras líquidas	19	<u>244</u>	<u>363</u>
Superávit do exercício		<u><u>2.421</u></u>	<u><u>5.241</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Valdeir Galvan
CRA 45796
Superintendente


Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 15P202835/O-8

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC


Demonstrações de resultados abrangentes

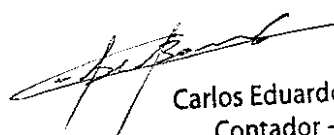
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Superávit do exercício	<u>2.421</u>	<u>5.241</u>
Resultado abrangente total	<u><u>2.421</u></u>	<u><u>5.241</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Valdeir Galvão
Superintendente



Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 15P202835/O-8

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC


Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

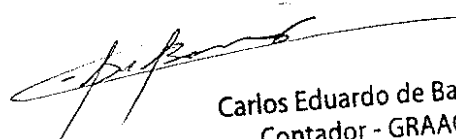
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Reservas de reavaliação	Superávit / (déficit)	Total do patrimônio social
Saldos em 31 de dezembro de 2010		22.569	648	2.873	26.090
Transferência para patrimônio social		2.873	-	(2.873)	-
Realização da reserva de reavaliação	13	197	(197)	-	-
Superávit do exercício		-	-	5.241	5.241
Saldos em 31 de dezembro de 2011		25.639	451	5.241	31.331
Transferência para patrimônio social		5.241	-	(5.241)	-
Realização da reserva de reavaliação	13	180	(146)	-	34
Superávit do exercício		-	-	2.421	2.421
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		31.060	305	2.421	33.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Valdesir Galvan
CRA 45796
Superintendente


Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 15P202835/O-8

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC

Demonstrações dos fluxos de caixa

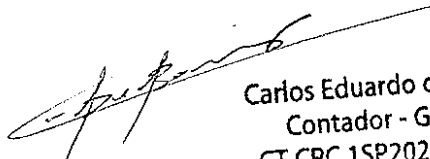
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.421	5.241
Ajuste por :		
Depreciação e amortização	2.342	2.440
Valor residual do ativo imobilizado baixado	291	8
Receita com doação de bens do Imobilizado	(190)	(401)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	359	218
Provisão (reversão) para contingências trabalhistas	333	(90)
	<u>5.556</u>	<u>7.416</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Créditos a receber	669	(1.442)
Estoques	(1.550)	(128)
Demais contas a receber	(125)	95
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	2.019	865
Salários e encargos sociais	619	742
Obrigações Fiscais a Recolher	44	216
Outras Obrigações	140	(7)
Receitas Diferidas	7.636	7.638
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>15.008</u>	<u>15.395</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	<u>(23.635)</u>	<u>(7.879)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(23.635)</u>	<u>(7.879)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos e arrendamento mercantil	(139)	(113)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	<u>(139)</u>	<u>(113)</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.766)</u>	<u>7.403</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	19.650	12.247
No fim do exercício	10.884	19.650
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.766)</u>	<u>7.403</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Valdeir Galvan
CRA 15196
Superintendente


Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 1SP202835/O-8

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

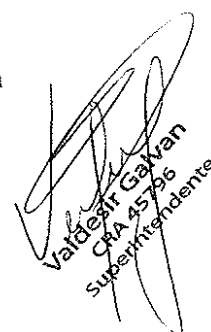
O Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC ("GRAACC" ou "Entidade") foi constituído em 4 de novembro de 1991, como uma Entidade de interesse social, sob a forma de Associação Civil de direito privado, de caráter assistencial, beneficente, filantrópico, educacional e cultural, sem fins econômicos. O principal objetivo da Entidade é prestar assistência e tratamento a adolescentes e crianças portadoras de câncer, dando o necessário apoio a suas famílias, sem qualquer distinção quanto a sexo, raça, cor, religião ou condição econômica ou social dos beneficiários. Para alcançar seus fins e objetivos o GRAACC desdobra suas atividades em vários setores no campo da assistência médica, do ensino e da pesquisa. Para tanto, utiliza instalações hospitalares, ambulatoriais ou outras, próprias ou de terceiros. A principal instalação da Entidade é o imóvel hospitalar denominado Instituto de Oncologia Pediátrica (IOP), de sua propriedade, situado na Rua Botucatu, 743, São Paulo - SP, inaugurado em maio de 1998.

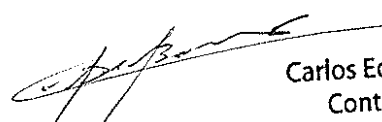
Os recursos são obtidos por meio de receitas decorrentes de atendimento médico (Sistema Único de Saúde - SUS), convênio médico e particular e da captação de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas. O GRAACC também arrecada fundos por meio da realização de eventos.

O GRAACC, por ser Entidade de interesse social, possui os seguintes certificados:

- Título de Utilidade Pública Federal nº 16.185/97-37, de 28 de agosto de 1997.
- Título de Utilidade Pública Estadual nº 1335 /2010
- Título de Utilidade Pública Municipal nº 36.776, de 16 de março de 1997.
- Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) nº 227/2009, vencimento 20 de janeiro de 2014.
- CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social nº 44006.000118/1997-13.
- Certidão do CNAS nº 71010.001829/2009-03.
- CMDA - Conselho Mun. Dos Direitos da Criança e Adolescente no 1083/04

Em 2007 o GRAACC inaugurou uma Casa de Apoio para hospedar crianças e adolescentes em tratamento no Instituto de Oncologia Pediátrica (IOP) e seus acompanhantes. O GRAACC firmou acordo com o Instituto Ronald McDonald para viabilização da assistência às crianças e os adolescentes em tratamento de câncer, que tem sido renovado anualmente.


Valdesir Galvan
CRA 45796
Superintendente



Para tanto, e a fim de atender ao referido acordo, à área de atuação da Casa de Apoio, a diretoria do GRAACC promoveu uma cisão parcial da Entidade em 31 de julho de 2006, criando uma nova associação decorrente desta cisão, denominada Associação Casa da Família, cujo objetivo exclusivo será a administração da Casa de Apoio.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 1º de abril de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas :

- Nota 5 - Créditos a receber - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- Nota 9 - Contingências trabalhistas

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação, exceto conforme comentado na nota explicativa 2(f), que trata das correções nas políticas contábeis.

a. Instrumentos financeiros

i. *Ativos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.


Valdesir Galvão
CRA 45796
Superintendente

ii. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras obrigações.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2012 e 2011.

b. Imobilizado

Imobilizado - construção em andamento

São registrados nesse grupo os investimentos na ampliação do anexo I ao hospital sito a Rua Botucatu, que envolvem edificações, instalações, mão-de-obra, dentre outros, e que por estarem em andamento, não sofrem depreciação. Os valores serão transferidos para as respectivas rubricas do imobilizado quando da conclusão das obras e início das operações, quando também passarão a ser depreciado pela vida útil.

Imobilizado - demais itens

Os itens do imobilizado são demonstrados ao valor de reavaliação de bens efetuada em setembro de 2002, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A Entidade promoveu a reavaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado em setembro de 2002, com base em laudo emitido por peritos independentes, apurando a mais valia de R\$ 2.297. O registro contábil teve como contrapartida a conta "Reserva de reavaliação" no subgrupo do patrimônio social.

Para atender às práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes à época, uma nova reavaliação deveria ter sido procedida a cada 4 anos. Entretanto, a Entidade decidiu por não efetuar essa nova reavaliação como também não adotou o custo atribuído no balanço de transição em atendimento a Lei 11.638/07.

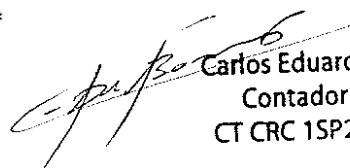
i. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício:

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Valdesir Galvan
CRA 45796
13 Superintendente



Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 1SP202835/O-8

Edificações	25 anos
Máquinas	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instrumentos e aparelhos médicos	10 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20 anos

c. Ativos intangíveis

Os softwares que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativos é de 5 anos.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Entidade assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade.

e. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado

Valdeir Salvan
CRA 45796
Superintendente

(para recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

A administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável no período corrente e comparativos.

a. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

b. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

c. Receitas

i. Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

Valdesir Galvan
CRA 45796
Superintendente

Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 1SP202835/O-8

ii. Subvenção e assistência governamentais

As receitas obtidas com a celebração e a execução de convênios de parceria entre Entidades governamentais e o GRAACC, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

iii. Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência à alta do paciente.

iv. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contra partida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2012 a Entidade registrou o montante de R\$ 905 mil referente a trabalhos voluntários.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2012	2011
Caixa - Fundo Fixo	5	5
Bancos conta movimento	3.811	2.507
Aplicações financeiras	<u>7.068</u>	<u>17.138</u>
Total	<u><u>10.884</u></u>	<u><u>19.650</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por Fundos de investimento a curto prazo (FIF), com rendimentos auferidos pro rata temporis entre 90% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e poupanças com rendimento auferidos pela TR.

A exposição da Entidade a riscos de taxa de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 13.

*Valdeir Balvan
CRA 25796
Superintendente*

Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 1SP202835/O-8

5 Créditos a receber

	2012	2011
SUS/Hospital São Paulo	2.035	1.827
Convênios	1.600	2.080
Cheques pré-datados	220	617
Total	3.855	4.524
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(712)	(353)
Total	3.143	4.171

A exposição da Entidade a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à créditos a receber e a outras contas são divulgadas na nota explicativa 13.

6 Estoques

	2012	2011
Materiais hospitalares	974	915
Medicamentos	2.785	1.364
Outros	70	-
Total	3.829	2.279

7 Imobilizado

7.a Imobilizado construção em andamento:

Refere-se a construção do anexo I, no terreno recebido em doação da Prefeitura de São Paulo, para expansão das atividades do Hospital da Rua Botucatu, com finalização prevista para 2013.

	2011	Aquisições / Doações	2012
Construção em andamento	6.739	18.218	24.956

7.b Imobilizado demais itens

Movimentação do custo 31/12/2011 a 31/12/2012

	2011	Aquisições/ Doações	Transf.	Baixas	2012
Terrenos	5.260	-	-	-	5.260
Edifícios e construções	7.654	491	20	(6)	8.159
Máquinas e equipamentos	848	193	-	-	1.041
Móveis e utensílios	1.221	238	-	(10)	1.449
Veículos	235	-	-	-	235
Instrumentos aparelhos médicos	10.605	476	-	(17)	11.064

Valdesir Galvan
CRA 45796
Superintendente

Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 1SP202835/O-8

*Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança
com Câncer - GRAACC
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

	2011	Aquisições/ Doações	Transf.	Baixas	2012
Instalações	458	6	-	-	464
Benfeitorias	961	-	(961)	-	-
Equipamento informática	1.643	134	-	(53)	1.724
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	3.147	-	941	-	4.088
Importações em andamento	280	4.070	-	(280)	4.070
	<u>32.312</u>	<u>5.608</u>	<u>-</u>	<u>(366)</u>	<u>37.554</u>
Total imobilizado Outros					

Movimentação da depreciação 31/12/2011 a 31/12/2012

	2011	Deprec.	Baixas	2012
Edifícios e construções	(2.719)	(325)	-	(3.044)
Máquinas e equipamentos	(550)	(77)	-	(627)
Móveis e utensílios	(672)	(105)	4	(773)
Veículos	(111)	(19)	-	(130)
Instrumentos aparelhos médicos	(6.732)	(813)	17	(7.528)
Instalações	(327)	(45)	-	(372)
Equipamento informática	(867)	(254)	51	(1.070)
Benfeitorias em propriedade de terceiros (a)	(751)	(628)	-	(1.379)
Total	<u>(12.729)</u>	<u>(2.269)</u>	<u>72</u>	<u>(14.923)</u>
Imobilizado líquido	<u>19.583</u>	<u>3.342</u>	<u>(294)</u>	<u>22.631</u>

- (a) A conta “Benfeitorias em propriedade de terceiros” representa gastos incorridos em 2006 e 2007 na construção da Associação Casa da Família, reduzida ao custo de depreciação de 5% ao ano em virtude da concessão do terreno por um período de 20 anos pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Entidade promoveu a reavaliação dos bens integrantes do ativo imobilizado em setembro de 2002, com base em laudo emitido por peritos independentes, apurando a mais valia de R\$ 2.297. O registro contábil teve como contrapartida a conta “Reserva de reavaliação” no subgrupo do patrimônio líquido. Após essa reavaliação a Entidade optou por não efetuar novas reavaliações a cada período de quatro anos, considerando que a oscilação do preço desses bens não eram relevantes em atendimento a legislação vigente à época, registrando as novas aquisições de imobilizado com base no custo de aquisição. Adicionalmente, quando da transição da Lei 11.638/07 a Entidade também optou pela não adoção do custo atribuído.

Além disso, apesar de Entidade ter contratado uma empresa especializada para proceder a revisão das vidas úteis do ativo imobilizado, cujo laudo foi emitido em 30 de março de 2011, a Entidade não alterou o cálculo da depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado nos exercícios de 2011 e 2010.

Equipamento arrendado

Em 22 de dezembro de 2010, a Entidade efetuou contrato de arrendamento de um servidor de informática. O bem arrendado encontram-se registrado no ativo imobilizado e está representado pelo custo original no valor de R\$ 378. O valor residual do ativo pode ser resumido como segue:

*Valdesir Galvan
CRA 45796
Superintendente*

*Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 1SP202835/O-0*

*Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança
com Câncer - GRAACC
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

			2012		2011
	Data de aquisição	Custo original	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Servidor IBM	22.12.10	378	(145)	126	265

8 Fornecedores

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
No país	5.105	3.089

9 Salários e encargos sociais

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários a Pagar	1.516	1.298
INSS a Pagar	172	148
FGTS a Pagar	264	226
Provisão para férias e encargos	2.372	2.062
Outros	36	7
Total	4.360	3.741

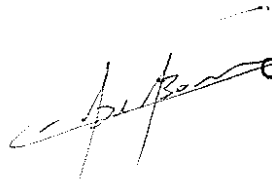
10 Contingências trabalhistas

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

Na data das demonstrações financeiras, a Entidade apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	<u>Provisões para contingências</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contingências Trabalhistas	867	535
Circulante	-	177
Não circulante	867	358

Valdeir Galvan¹⁹
CRA 45796
Superintendente

Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 1SP202835/O-8

A movimentação da provisão no exercício de 2012 está demonstrada a seguir:

Saldo em 01 de janeiro de 2011	625
Adições	15
Baixas	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	535
Adições	692
Baixas	(360)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	867

A entidade tem ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, no montante de R\$ 700 em 2012 (R\$ 138 em 2011).

11 Receita diferida

	2012	2011
Subvenções governamentais (a)	3.123	3.845
Terreno (b)	4.447	4.447
Edificações (c)	9.612	5.011
Maquinas e Equipamentos	3.758	-
	<u>20.940</u>	<u>13.303</u>

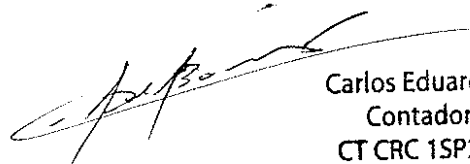
- (a) No exercício de 2012, a Entidade recebeu da Prefeitura da cidade de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Participação e Parceria, apoios financeiros nos montantes de R\$ 8.790, para utilização no projeto de ampliação do hospital anexo, com objetivo de expandir os tratamentos das crianças com câncer no município de São Paulo.

Adicionalmente, a Entidade recebeu da Secretaria Estadual da Saúde o montante de R\$ 51 para aquisição de material/medicamento e equipamentos de informática.

O valor de R\$ 3.123 em 2012 representam os montantes já recebidos financeiramente pela Entidade que ainda não haviam sido empregados nos propósitos a que se destinavam.

- (b) Em 2010, a Entidade recebeu em doação da Prefeitura Municipal de São Paulo um terreno no valor justo total de R\$ 4.447 sendo condicionada a edificação no local de instalações destinadas à prestação de assistência e tratamento a adolescentes e crianças portadoras de câncer.
- (c) Para a edificação mencionada o item (b) a Entidade utilizou de recursos recebidos da Prefeitura Municipal de São Paulo através dos Convênios - FUMCAD/SMPP o valor total de R\$ 8.715 que, somados a doações de empresa privada no valor de R\$ 487, totalizou R\$ 9.202. Este montante foi empregado na construção da edificação no terreno recebido por doação da Prefeitura Municipal de São Paulo conforme nota (b) acima. A amortização das receitas será efetuada conforme a vida útil do edifício, quando entrar em operação.


Valdesir Galvan
CRA 45796
Superintendente


Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 1SP202835/O-8

Além disso, montante de R\$ 410 foi recebido de convênios recebidos até o ano 2011 do Fundo nacional da Saúde (MS) destinado a reforma do prédio (atual hospital Graacc) sito rua Botucatu, em andamento.

- (d) A Entidade utilizou recursos recebidos da prefeitura Municipal de São Paulo através do Convênio - FUMCAD/SMPP o valor de R\$ 3.550, para importação de equipamento de Radioterapia; houveram outras doações que sumarizam R\$ 208 para compra equipamento para centro cirúrgico outros equipamentos., totalizando receitas diferidas de equipamentos em R\$ 3.758.

12 Partes relacionadas

Operações com pessoal-chave da administração

Remuneração de pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui somente os administradores da Entidade. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços prestados foi de R\$ 1.059 (R\$ 890 em 2011).

13 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do GRAAC é constituído por bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação e resultados líquidos de suas atividades.

No caso de dissolução do GRAACC, o respectivo patrimônio líquido será transferido para entidades congêneres devidamente registradas perante o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, escolhida pela totalidade dos membros de seu Conselho de Administração ou à Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP/EPM.

- **Reserva de reavaliação**

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra superávits acumulados no montante anual de R\$ 146.

14 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

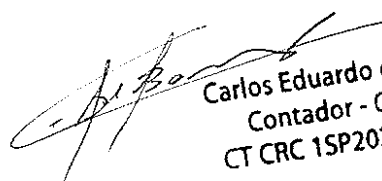
A Entidade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Valdesir Galvan
CRA 45795
Superintendente



Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 1SP202835/O-8



Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente dos créditos a receber e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		Valor contábil	
	Nota	2012	2011
Créditos a receber	5	3.143	4.171
Demais contas a receber		409	311
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.884	19.650
		<u>14.436</u>	<u>24.132</u>

Créditos a receber e outros recebíveis

A exposição da Entidade a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

A Entidade estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de despesas incorridas com os créditos a receber e outros recebíveis. O principal componente desta provisão é o item de perda específico relacionado a exposições individuais, e a uma perda coletiva estabelecida para grupos de ativos similares com relação a perdas que já foram incorridas, porém ainda não identificadas. A perda coletiva é baseada nas taxas históricas de perda para ativos similares.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos créditos a receber e outros recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era o seguinte:

	2012	2011
A vencer	2.664	3.804
Vencido de 1 a 30 dias	23	320
Vencido de 31 a 90 dias	94	215
Vencido de 90 a 180 dias	217	143
Vencido acima de 360 dias	554	37
	<u>3.552</u>	<u>4.482</u>

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos créditos a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	Provisão
Saldo em 01 de janeiro de 2011	(135)
Constituição de provisão para redução ao valor recuperável reconhecido	(218)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(353)
Constituição de provisão para redução ao valor recuperável reconhecido	(359)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(712)

A Entidade acredita que os montantes que não sofreram perda por redução no valor recuperável e que estão vencidas há mais de 30 dias ainda são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

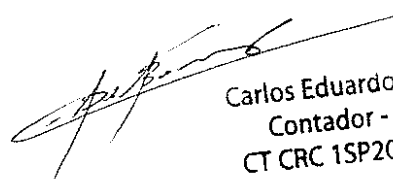
A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2012	Valor contábil	12 meses ou menos	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Passivo de arrendamento financeiro	126	126	-	-
Fornecedores	5.105	5.105	-	-
Outras obrigações	147	147	-	-
	<u>5.378</u>	<u>5.378</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
31 de dezembro de 2011	Valor contábil	12 meses ou menos	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Passivo de arrendamento financeiro	265	139	126	-
Fornecedores	3.086	3.086	-	-
Outras obrigações	7	7	-	-
	<u>3.358</u>	<u>3.232</u>	<u>126</u>	<u>-</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Valdesir Galvão
CRA 45796
Superintendente

Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 1SP202835/C

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da entidade era:

		Valor contábil	
		2012	2011
Instrumentos de taxa fixa			
Passivo de arrendamento financeiro		126	265
		<u>126</u>	<u>265</u>
Instrumentos de taxa variável			
Aplicações financeiras		7.068	17.138
		<u>7.068</u>	<u>17.138</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

O grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A administração considera que as variáveis de risco das taxas de juros, que são atreladas ao CDI e à TR, não apresentam tendência de oscilações relevantes e, portanto, não afetaria significativamente os valores contábeis dos instrumentos financeiros de taxa variável.

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

31 de dezembro 2012	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.884	-	-	10.884	10.884
Créditos a receber	5	-	3.143	-	3.143	3.143
Demais contas a receber		-	409	-	409	409
Passivos de arrendamento financeiros	12	-	-	(126)	(126)	(126)
Fornecedores	10	-	-	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Outras obrigações		-	-	(147)	(147)	(147)
		<u>10.885</u>	<u>3.552</u>	<u>(5.378)</u>	<u>9.059</u>	<u>9.059</u>

*Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança
com Câncer - GRAACC
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011*

31 de dezembro 2011	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.650	-	-	19.650	19.650
Créditos a receber	5	-	4.171	-	4.171	4.171
Demais contas a receber		-	311	-	311	311
Passivos de arrendamento financeiros	12	-	-	(265)	(265)	(265)
Fornecedores	10	-	-	(3.086)	(3.086)	(3.086)
Outras obrigações		-	-	(7)	(7)	(7)
		<u>19.650</u>	<u>4.482</u>	<u>(3.358)</u>	<u>20.116</u>	<u>20.116</u>

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados ou divulgados pelo valor justo foram mensurados utilizando o método de avaliação do nível 2.

15 Receitas com serviços prestados

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado:

	2012	2011
Receita com serviços prestados		
Sistema Único de Saúde (SUS)	8.742	7.211
Prefeitura Municipal de São Paulo	2.511	2.692
Convênios	6.050	9.489
Governo do Estado de São Paulo	396	454
Ensino/pesquisa	205	101
Particulares	<u>20</u>	<u>29</u>
Receita bruta fiscal	17.924	19.976
Menos:		
Impostos	(92)	(228)
Deduções e abatimentos	<u>(279)</u>	<u>(1.237)</u>
Total de receita contábil	<u>17.553</u>	<u>18.511</u>

Valdesir Galvan
CRA 45796
Superintendente

Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CRC 1SP202835/O-8

16 Custos hospitalares

	2012	2011
Salários e encargos diretos e auxiliares	(20.383)	(16.805)
Medicamentos e materiais	(11.532)	(9.028)
Serviços profissionais	(7.884)	(6.684)
Custos hospitalares	(4.856)	(4.285)
Depreciação e amortização	(2.325)	(2.439)
	<u>(46.981)</u>	<u>(39.241)</u>

17 Despesas administrativas

	2012	2011
Salários e encargos administrativos	(3.674)	(3.014)
Administrativas em geral	(2.304)	(1.322)
Casa da família	(1.162)	(316)
Brinquedoteca	(125)	(124)
Odontologia	(77)	(56)
Psicologia	(375)	(303)
Serviço social	(163)	(133)
	<u>(7.880)</u>	<u>(5.268)</u>

18 Outras receitas (despesas) líquidas

	Nota	2012	2011
Doações de pessoas físicas e jurídicas	(a)	27.913	21.239
Doações <i>telemarketing</i>	(a)	12.253	10.683
Outros eventos (DI/Adm./Voluntariado)	(b)	6.463	6.510
Evento McDia Feliz	(b)	4.503	3.737
Governamentais		1.462	906
Doação de bens	(a)	<u>201</u>	<u>542</u>
Outras receitas		<u>52.795</u>	<u>43.617</u>
Salários e encargos (DI/TLMKT/Voluntariado)	(c)	(7.799)	(7.265)
Administrativas (DI/TLMKT/Voluntariado)	(c)	<u>(5.511)</u>	<u>(5.476)</u>
Outras despesas		<u>(13.310)</u>	<u>(12.741)</u>
Outras receitas (despesas) líquidas		<u>39.485</u>	<u>30.876</u>

(a) Doações

No exercício de 2012, a Entidade recebeu doações em dinheiro no valor de R\$ 40.166 (R\$ 31.922 em 2011) de diversas pessoas físicas e jurídicas, as quais foram contabilizadas nas

Valdesir Galvan
CRA 45796
Superintendente

rubricas “Doações *telemarketing*” e “Doações de pessoas físicas e jurídicas”. A Entidade também recebeu doações de imóveis para venda no valor de R\$ 201.

(b) Eventos

Os recursos decorrentes do evento anual “McDia Feliz” (renda obtida com a venda do “Big Mac” na cidade de São Paulo) são repassados como doação à Entidade. Adicionalmente, com o apoio de voluntários na venda de *souvenirs*, bem como de padrinhos e patrocinadores desta campanha, a Entidade arrecadou no exercício de 2012 o valor líquido de R\$ 4.503 (R\$ 3.737 em 2011), de acordo com o plano de trabalho firmado entre o Instituto Ronald McDonald e o GRAACC, respeitando o critério de reconhecimento da receita conforme mencionado na Nota 2.

O GRAACC também obteve recursos líquidos no valor de R\$ 6.463 (R\$ 6.510 em 2011) por meio de outros eventos programados anualmente pela própria Entidade, bem como por iniciativa de empresas doadoras.

(c) Despesas com salários, encargos e administrativas

Despesas com pessoal e administrativas estão relacionadas aos centros de custos responsáveis pela obtenção dos recursos de doações e eventos mencionados nas notas (a) e (b) acima.

19 Receitas e despesas financeiras

	2012	2011
Rendimentos de aplicação financeira	367	439
Outras receitas financeiras	55	136
Receitas financeiras	422	575
Despesa com juros	(136)	(87)
Despesa com comissões e tarifas bancárias	(41)	(125)
Despesas financeiras	(178)	(212)
Financeiras líquidas	244	363

20 Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

O GRAACC é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; (b) contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - isenta do pagamento da contribuição patronal incidente sobre o montante da folha de pagamento; (c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - recolhimento de 2% sobre os serviços prestados a pessoa jurídica e física (convênios e particulares); (d) Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doações (ITCMD) isenta nos termos do artigo 4º do Decreto nº 46.665/02 e Resolução conjunta SF/SJDC - 1ª a 5 de dezembro de 2002; e (e) Contribuição para o Financiamento da Seguridade

Valdesir Galvan
CRA 45796
Superintendente

Carlos Eduardo de Barros
Contador - GRAACC
CT CRC 15P202835/O-8

Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que as instituições de educação e assistência social, de caráter filantrópico que preencham as condições e requisitos do artigo 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro 2007 são isentas do recolhimento da COFINS o montante das receitas relativas às atividades próprias, de repasses e financeiras.

Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias somente àquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

Os recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

As receitas financeiras de acordo com o Decreto nº 5.442, de 2005, estão reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da COFINS incidentes sobre as receitas financeiras.

Em observância ao artigo 2º do Decreto nº 4.327, de 8 de agosto de 2002 (que alterou o parágrafo 4º do artigo 3º do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998), o número de atendimentos a pacientes do SUS foi superior ao limite mínimo estabelecido de 60% em relação ao total de atendimentos efetivados pela Entidade, como segue:

	2012 (Não auditado)		2011 (Não auditado)	
	Quantidade de atendimento	Percentual	Quantidade de atendimentos	Percentual
Atendimentos hospitalares				
SUS	84.329	87	75.150	85
Convênios e particulares	12.378	13	13.262	15
	<u>96.707</u>	<u>100</u>	<u>88.412</u>	<u>100</u>
Internações				
SUS	1.124	85	1.022	84
Convênios e particulares	201	15	194	16
	<u>1.325</u>	<u>100</u>	<u>1.216</u>	<u>100</u>

As isenções das contribuições previdenciárias e sociais usufruídas no exercício foram de R\$7.846, composta dos seguintes valores:

Cota patronal ao INSS	5.815
COFINS	1.749
CSSL	282
	<u>7.846</u>


Valdesir Galvan
CRA 45796
Superintendente

21 Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos operacionais serão pagos da seguinte forma:

	2012	2011
Menos de ano	409	322
Entre um e cinco anos	361	885
Mais de cinco anos		-
Total	769	1.207

A Entidade arrenda imóveis sob arrendamentos operacionais. Durante o ano, um montante de R\$ 364 foi reconhecido como despesa no resultado com relação a arrendamentos operacionais (2011: R\$ 387).

22 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

O valor das apólices de seguros mantidas pela Entidade propiciam as seguintes coberturas:

Modalidade de seguro	2012	2011
Risco operacional (incêndios, explosão, danos elétricos e outros)		
Incêndio de Imóveis e Bens do imobilizado	29.170	26.790
Equipamentos especiais	660	600
Riscos diversos (sinistros em geral)		
Veículos		
Automóveis - casco - valor de mercado - % *	92	116
Responsabilidade civil	-	-

* Foi utilizado para cálculo dos valores de automóveis a tabela FIPE (Dezembro 2012).

* * *

Valdeir Galvan
Superintendente Adm/Financ. - CEO

Carlos Eduardo de Barros
Contador CRC SP202835/O-8